

PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 3194/2024.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2024.

Processo nº 0002891-43.2022.8.19.0058,
ajuizado por
, representada por

O presente parecer visa atender à solicitação de informações técnicas da **2ª Vara da Comarca de Saquarema** do Estado do Rio de Janeiro, quanto à inclusão do equipamento cadeira de rodas Ortopróbis modelo mini M - cadeira de rodas tipo monobloco e do antisséptico álcool 70% 1000 mL.

I – RELATÓRIO

1. Acostado às folhas 201 a 208, encontra-se o PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 1939/2023 emitido em 30 de agosto de 2023, no qual foram esclarecidos os aspectos relativos: às legislações vigentes; ao quadro clínico da Autora – **síndrome de Arnold Chiari, bexiga e intestino neurogênicos secundários à mielomeningocele, hidrocefalia e bexiga neurogênica**; à indicação e ao fornecimento, pelo SUS, da fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes destinada a **necessidades dietoterápicas específicas espessada com goma jataí** (Aptamil® AR); **fórmula alimentar infantil de partida** (Nan® Comfor 1); quanto aos medicamentos **lidocaína gel 2%** (Xylocaína®), **ferripolimaltose 100mg/mL** (Myrafer), **palmitato de retinol 5000UI/g + colecalciferol 900UI/g + óxido de zinco 150mg/g** (Hipoglós®) e **ácido ascórbico 200mg/mL** (Redoxon®); ao **suplemento vitamínico Pura Vit ADE** e aos insumos **cateter vesical nº 6, seringa de 10 mL, fralda descartável - tamanho extra grande, gaze estéril e luvas sem látex**.

2. Acostado às folhas 231 a 233, encontra-se o PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 0766/2024 emitido em 06 de março de 2024, no qual foram esclarecidos os aspectos relativos: às legislações vigentes; ao quadro clínico da Autora; à indicação e ao fornecimento, pelo SUS, dos insumos **fita hipoalergênica microprosa 25mm x 10m** (Micropore®) e **lenço umedecido**, assim como do medicamento **lactulose 667mg/mL** (Lactulona®).

3. Em seguida, foi apensado documento em impresso da Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação (fl.265) em 20 de março de 2024, emitido pela fisioterapeuta Elisa Suesada (CREFITO2 035755-F) e laudo médico padrão para pleito judicial de medicamentos em atendimento à Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (fls.266/268) em 05 de dezembro de 2023, emitido pela médica pediatra , nos quais consta a prescrição do equipamento **cadeira de rodas manual monobloco** e do **álcool 70% 1000 mL**.

II – ANÁLISE
DA LEGISLAÇÃO

Em acréscimo ao abordado no PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 1939/2023 emitido em 30 de agosto de 2023 (fls. 201 a 208) e PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 0766/2024 emitido em 06 de março de 2024 (fls. 231 a 233).

1. A Portaria SAS/MS nº 185, de 05 de junho de 2001, que define a operacionalização e o financiamento dos procedimentos de reabilitação e da concessão de órteses e próteses e materiais auxiliares de locomoção, em seu artigo 5, inclui, quando necessário, a prescrição, avaliação, adequação, treinamento e acompanhamento da dispensação de órtese, prótese e/ou meios auxiliares de locomoção e orientação familiar.
2. A Portaria nº 1.272/GM/MS, de 25 de junho de 2013, inclui procedimentos de cadeira de rodas e adaptação postural em cadeira de rodas na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde.
3. A Deliberação CIB-RJ nº 1273, de 15 de abril de 2011, aprova a Rede de Reabilitação Física do Estado do Rio de Janeiro.
4. A Deliberação CIB-RJ nº 5632, de 06 de dezembro de 2018, pactua a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD) no Estado do Rio de Janeiro.

DO QUADRO CLÍNICO

Conforme o abordado no PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 1939/2023 emitido em 30 de agosto de 2023 (fls. 201 a 208) e PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 0766/2024 emitido em 06 de março de 2024 (fls. 231 a 233).

DO PLEITO

Em acréscimo ao abordado no PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 1939/2023 emitido em 30 de agosto de 2023 (fls. 201 a 208) e PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 0766/2024 emitido em 06 de março de 2024 (fls. 231 a 233).

1. A **cadeira de rodas** é considerada um meio auxiliar de locomoção pertencente ao arsenal de recursos de tecnologia assistiva⁴. Pode ser utilizada por pessoas que apresentam impossibilidade, temporária ou definitiva, de deslocar-se utilizando os membros inferiores, permitindo sua mobilidade durante a realização das atividades de vida diária e prática. A ideia de suprir essas necessidades possibilitou a criação de diferentes *designs* de cadeiras de rodas que diferem em forma, material, peso, durabilidade e custo¹. As cadeiras de rodas de alto grau de complexidade tecnológica foram denominadas de eletroeletrônicas; as de média complexidade tecnológica, de eletromecânicas (motorizadas) e as de baixa complexidade tecnológica, de mecanomanuais (incrementadas, especiais e padrão)².
2. A **cadeira de rodas tipo monobloco** é indicada para pessoas que tenham perda de autonomia e/ou alteração grave para marcha, que mantenham controle de tronco e possuam habilidade e força para realizar a propulsão manual da cadeira de rodas preservadas. Para indicação

¹ GALVÃO, C. R. C.; BARROSO, B. I. L.; GRUTT, D. C. A tecnologia assistiva e os cuidados específicos na concessão de cadeiras de rodas no Estado do Rio Grande do Norte. Cadernos de Terapia Ocupacional, São Carlos, v. 21, n. 1, p. 11-8, 2013. Disponível em: <<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/725/409>>. Acesso em: 14 ago. 2024.

² BERTONCELLO, I.; GOMES, L. V. N. Análise diacrônica e sincrônica da cadeira de rodas mecanomanual. Revista Produção, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 72-82, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prod/v12n1/v12n1a06.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2024.

da cadeira de rodas tipo monobloco devem ser consideradas questões ambientais, educacionais e/ou laborais³.

3. **Álcool 70%** consiste em um composto solúvel em água com ação bactericida, tuberculocida, fungicida e virucida, o qual age desnaturando as proteínas dos microrganismos. Como desinfetante químico está indicado para desinfecção - com fricção - de superfícies fixas (bancadas, vidrarias, utensílios e equipamentos) e antisepsia da pele (mãos e antebraços)⁴.

III – CONCLUSÃO

1. Em síntese, trata-se de Autora, 2 anos de idade, com quadro clínico de **síndrome de Arnold Chiari, bexiga e intestino neurogênicos** secundários à **mielomeningocele, hidrocefalia e bexiga neurogênica**, solicitando a inclusão do equipamento cadeira de rodas Ortobrás modelo mini M - cadeira de rodas tipo monobloco e do antisséptico álcool 70% 1000 mL.

2. Informa-se que o equipamento **cadeira de rodas (modelo monobloco)** está indicado ao manejo do quadro clínico que acomete a Requerente (fls.265/268).

3. Quanto à disponibilização, no âmbito do SUS, informa-se que a **cadeira de rodas (modelo monobloco)** está coberta pelo SUS, conforme consta na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais - OPM do Sistema Único de Saúde - SUS (SIGTAP), na qual consta: cadeira de rodas monobloco (07.01.01.020-7), considerando o disposto na Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES) e a Portaria n° 1.272/GM/MS.

4. Neste sentido, destaca-se que a **dispensação**, confecção, adaptação e manutenção de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção (OPM), são de **responsabilidade das oficinas ortopédicas**. Tais oficinas devem estar articuladas e vinculadas a estabelecimentos de saúde habilitados como **Serviço de Reabilitação Física** ou ao **CER com serviço de reabilitação física**⁵.

5. Considerando o município de residência da Autora e a Rede de Reabilitação Física do Estado do Rio de Janeiro⁶, ressalta-se que, no âmbito do município de Saquarema – localizado na Região Baixa Litorânea, é de **responsabilidade da AFR - Associação Fluminense de Reabilitação (CER II) e APN - Associação Pestalozzi de Niterói (CER II)** a **dispensação** de órteses, próteses e **meios auxiliares de locomoção**, , conforme Deliberação CIB-RJ n.º 6.262, de 17 de setembro de 2020, que repactua a grade de referência da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD) no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

6. Cumpre ainda esclarecer que o fluxo administrativo para a obtenção dos meios auxiliares de locomoção, consiste no encaminhamento da Autora, via Sistema de Regulação (SISREG), pela sua unidade básica de saúde de referência⁷, a uma das instituições da Rede de Reabilitação Física do Estado do Rio de Janeiro.

³ BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos - DGITS/SCITIE. Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias do SUS (CONITEC) - Relatório n° 52. Disponível em: <http://conitec.gov.br/images/Incorporados/CadeiradeRodasMonoblocoeAcima90kg_final.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2024.

⁴ RUTALA, W.A., WEBER, D.V. Guideline for Disinfection and Sterilization in Healthcare Facilities, 2008. Infection Control Practices Advisory Committee. Disponível em: <http://www.cdc.gov/hicpac/pdf/guidelines/disinfection_nov_2008.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2024.

⁵ MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria n° 793, de 24 de abril de 2012. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0793_24_04_2012.html>. Acesso em: 14 ago. 2024.

⁶ Deliberação CIB-RJ n° 1273 de 15 de abril de 2011. Disponível em: <<http://www.cib.rj.gov.br/deliberacoes-cib/73-2011/abril/1388-deliberacao-cib-no1273-de-15-de-abril-de-2011.html>>. Acesso em: 14 ago. 2024.

⁷ PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Serviços de Reabilitação. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/sms/reabilitacao>>. Acesso em: 14 ago. 2024.

7. No intuito de identificar o correto encaminhamento da Requerente junto ao sistema de regulação, este Núcleo consultou a plataforma do **SISREG III**, porém não foi encontrado informação sobre o encaminhamento e situação atual da Autora sobre a demanda de cadeira de rodas.

8. Portanto, para acesso ao equipamento **cadeiras de rodas (modelo monobloco)**, pelo SUS e através da via administrativa, sugere-se que a Representante Legal da Autora **compareça à unidade básica de saúde**, mais próxima de sua residência, a fim de **requerer a sua inserção junto ao sistema de regulação** para encaminhamento à sua **oficina ortopédica de referência**.

9. Adicionalmente, no que tange ao registro, junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, informa-se que o equipamento **cadeira de rodas** possui registro ativo na ANVISA, sob diversas marcas comerciais.

10. Informa-se que o insumo **álcool 70%** está indicado ao manejo do quadro clínico apresentado pela Autora. No entanto, não está padronizado em nenhuma lista para dispensação no SUS, não cabendo seu fornecimento em nenhuma esfera do SUS.

É o parecer.

À 2ª Vara da Comarca de Saquarema do Estado do Rio de Janeiro, para conhecer e tomar as providências que entender cabíveis.

TATIANA GUIMARÃES TRINDADE
Fisioterapeuta
CREFITO2/104506-F
Matr.: 74690

MILENA BARCELOS DA SILVA
Farmacêutica
CRF- RJ 9714
ID. 4391185-4

FLÁVIO AFONSO BADARÓ
Assessor-chefe
CRF-RJ 10.277
ID. 436.475-02